



“As estatais que não conseguirem refinar as suas dívidas podem recorrer ao Banco do Brasil e não precisam pagar as comissões extras por fora”

FERNÃO BRACHER

Bracher garante que distorção acabou.

“Com as providências tomadas pelo governo, essas distorções não mais ocorrerão”, garante o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, ao se referir às cláusulas introduzidas pelo governo no acordo de renegociação da dívida externa com os bancos credores para restringir suas operações de **relending** (reempréstimo) no país.

Em relação às operações com o setor privado, os bancos terão liberdade para escolher os tomadores dos recursos mas serão obrigados a respeitar os tetos mensais de aplicação que serão fixados pelo Banco Central. No caso das operações com o setor público — onde se verificou a maior parte dos casos de cobranças de comissões “por fora” — o acordo prevê regras mais drásticas: só poderão ser feitas operações para rolagem das dívidas e de acordo com limites que tam-

bém serão estabelecidos pelo governo.

“Como as empresas estatais não poderão fazer mais operações para obtenção de dinheiro novo mas só para rolagem de suas dívidas, não terão mais interesse em pagar comissões extras para obtenção dos recursos. Inclusive, porque as que não conseguirem os empréstimos para o refinanciamento de suas dívidas poderão recorrer ao esquema que lhes permite rolar as dívidas externas através de empréstimo junto ao Banco do Brasil”, diz o presidente do Banco Central.

Enquanto o novo acordo não entrar em vigor, porém, os bancos estrangeiros não poderão reiniciar as operações de **relending** no país. Elas estão suspensas desde setembro do ano passado, quando expirou o acordo provisório de renegociação da dívida (que prorrogava as condições es-

tipuladas pelos acordos assinados pelo governo passado).

A mudança nas condições de reempréstimo dos créditos dos bancos estrangeiros no país é considerada nos meios governamentais um feito tão significativo quando a exclusão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) do processo de negociação da dívida. “Quando começou o governo Sarney, uma das nossas primeiras preocupações foi justamente acabar com a liberdade que os bancos tinham para fazer operações de **relending**, que foi o que propiciou o surgimento de todas essas distorções”, observa Paulo Nogueira Batista Junior.

A questão dos **relending** foi, realmente, um dos primeiros grandes problemas enfrentados pelo governo Sarney. Logo no início do novo governo, as autoridades econômicas depararam-se com a existência de “cartas de

prioridade” para obtenção de empréstimos junto aos bancos credores, que haviam sido concedidas pelo governo passado, em valor superior a 2 bilhões de dólares. Expedidas pela Secretaria de Articulação dos Estados e Municípios (SAREM). No caso das companhias estaduais e municipais, e pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), no caso das estatais federais, essas “cartas de prioridade” correspondem à autorização governamental para que as empresas estatais se credenciem junto aos bancos estrangeiros para a contratação de crédito.

Durante a campanha presidencial de 1984, para a escolha do sucessor do General Figueiredo, as cartas se transformaram num valioso instrumento de barganha política usado pelo governo em favor do deputado Paulo Maluf.